

O expurgo e a *lemonada - Brasil* desdolarização

Como estava previsto, o Governo adotou as medidas destinadas a expurgar dos índices de preços a inflação corretiva, representada pelas elevações de custos dos derivados de produtos importados como o petróleo e o trigo, e as accidentalidades, traduzidas por aumentos nos preços dos hortifrutigranjeiros e dos produtos agrícolas decorrentes de acidentes climáticos. O expurgo foi parcial, deixando de alcançar a correção cambial, que continuará equiparada à variação da inflação sem expurgo.

Para evitar que os detentores das ORTN com cláusula de correção cambial possam beneficiar-se da medida, que se destina, exclusivamente, a garantir a remuneração das exportações, o Banco Central vai taxar esses títulos em valor suficiente para compensar o diferencial entre a correção cambial e a monetária, que é igual ao expurgo.

Isso não significa, infelizmente, que o processo de **dolarização** da economia seja sustado com a medida. Ao contrário, a morte prematura da Resolução 802, que equiparou as correções monetária e cambial à inflação, e que teve uma sobrevida de dois meses e meio, e sua substituição pela Resolução 841, que desatrelou a correção cambial, veio demonstrar, de forma candente, que o mercado tinha razão ao recusar-se a confiar na palavra do Governo quando, no início de março, assegurou que as correções monetária e cambial marchariam em paridade.

É previsível que, a partir de agora, os títulos corrigidos pelo câmbio constituam os privilegiados do mercado, e que os aplicadores em ativos indexados à correção monetária, inclusive os depositantes da caderneta de poupança, retirem seus recursos para a compra especulativa de dólar no mercado paralelo e de ouro.

O mais grave, contudo, é que, aparentemente, o Governo não dispunha de outra alternativa, senão fazer o que fez. Sua margem de manobra, nas circunstâncias, é inexistente. Se simplesmente decidisse resgatar antecipadamente as ORTN cambiais, teria de promover uma maciça emissão de moeda que faria explodir a inflação a níveis inimagináveis. Se estendesse o expurgo à correção cambial, depois de ter retirado parte dos subsídios ao crédito à exportação, estaria irremediavelmente comprometida a meta, a esta altura, plausível, do superávit comercial de US\$ 6,0 bilhões.

É possível, portanto que, pelo menos em relação à crescente "dolarização" da economia, o expurgo seja uma medida inócua, pois em relação à inflação, como bem admitiu o Ministro do Planejamento, seu efeito será, na melhor das hipóteses, de conter o processo altista.

MILANO LOPES